

SEI nº 0060601067.000074/2023-74

**Assunto:** Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade nº 17/2023

**Imputada:** CONFIDENCE ENTRETENIMENTO E SERVICOS PUBLICITARIOS, CNPJ nº 15.637.010/0001-00

### **DECISÃO FINAL**

Considerando-se os elementos apresentados nos autos do Processo Administrativo nº 17/2023 cujo objeto é a apuração dos apontamentos da Comunicação nº 10/2023 (doc. 47396728), referente ao Processo nº 020/CPL/2023 - Licitação Eletrônica nº 009/2023;

Considerando-se todas as provas, documentos e argumentos apresentados, a observância ao princípio do consequencialismo, bem como a Portaria Diretoria nº 17/2023 (doc. 41321481), o Diretor-Geral de Gestão (DGG), na qualidade de autoridade administrativa e no exercício de suas atribuições legais, decide:

### **DOS FATOS**

Após análise do Processo Administrativo nº 17/2023, observa-se que a Comissão Permanente de Processos Administrativos (CPPA) adotou como providências iniciais a intimação com AR, em 22/11/23, que se tornou frustrada, conforme rastreio dos Correios (doc. 45870521).

Diante disso, a CPPA realizou a intimação por edital, conforme a publicação no Diário Oficial do Estado (doc. 45891119), por meio da qual foi informado o SEI nº 0060601067.000074/2023-74 em que tramita o referido Processo Administrativo, e onde está disponível o acesso aos seguintes instrumentos: Capa (doc. 41321486), Termo de Autuação (doc. 41321500), Nota de Imputação (doc. 41321510), Intimação (doc. 43454623), dando-lhe plena ciência dos documentos que embasaram a instauração do Processo Administrativo em epígrafe.

Nessa oportunidade, foi informado à CONFIDENCE que os descumprimentos poderiam ensejar:

- “(i) multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais; e/ou
- (ii) impedimento de licitar e contratar com a ADEPE, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos.”

A CONFIDENCE não apresentou Defesa Prévia, conforme a Certidão de Preclusão Temporal (doc. 46506921).

Ante a ocorrência da preclusão temporal, a CPPA deu continuidade ao Processo Administrativo nº 17/2023 à revelia da empresa imputada.

Diante disso, iniciou-se a fase instrutória que foi encerrada com a emissão do Relatório Final (doc. 47450762), conforme a Certidão de Encerramento das Apurações (doc. 51161146), sendo realizada a intimação da CONFIDENCE para apresentação das Alegações Finais, conforme a publicação no Diário Oficial do Estado (doc. 47507917).

No Relatório Final (doc. 47450762), com base no princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, a CPPA posicionou-se pela adoção das seguintes medidas referente à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023:

- “a) Multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a ADEPE, por prazo de até 2 (dois) anos.”

A CONFIDENCE não apresentou as Alegações Finais, conforme a Certidão de Preclusão Temporal (doc. 51157978).

A empresa imputada está ativa, conforme a situação do CNPJ (doc. 53516858).

Posteriormente, o Processo Administrativo nº 17/2023 foi remetido à DGI para prolação da Decisão Final, conforme o Despacho (doc. 51166916).

## **DO MÉRITO**

As informações trazidas pela Comunicação nº 10/2023 (doc. 47396728) da Comunicação Permanente de Licitação (CPL) sobre os fatos demonstram que a instauração do Processo Administrativo nº 17/2023 era imprescindível para apurar os apontamentos dessa Comunicação, havendo justificativa plausível para a abertura desse Processo Administrativo.

A Comunicação nº 10/2023 (doc. 47396728) solicitou à CPPA a apuração referente à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023.

Dessa forma, subsiste para a Administração Pública o dever de fiscalizar de forma efetiva suas relações com particulares, não podendo dispor ou abdicar de seu dever de apurar e punir eventuais inobservâncias e descumprimentos.

Nesse sentido, após análise minuciosa dos autos do Processo Administrativo nº 17/2023, como a CONFIDENCE não apresentou Defesa Prévia e Alegações Finais, evidencia-se o desinteresse em apresentar justificativas razoáveis referente à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023.

Diante de todo o exposto, analisadas as documentações acostadas ao processo, pode-se perceber que a empresa infringiu o disposto nos itens 14.1.6 e 14.1.7 do Edital de Licitação Processo nº 020/CPL/2023, Licitação Eletrônica nº 009/2023, por: (i) não ter apresentado a documentação exigida no certame; e (ii) não ter mantido sua proposta.

Assim, apreende-se a reprovabilidade da conduta praticada pela licitante CONFIDENCE, que não apresentou motivo justo, devidamente comprovado e decorrente de fato superveniente para ter desistido da proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023, a qual não possuiu nenhum flagrante erro que fundamentasse uma possível aceitação, pela Coordenadora da Disputa, do pedido desistência dessa licitante.

## **DA CONCLUSÃO**

Conforme se infere do conjunto probatório carreado nos autos, é incontroverso o prejuízo causado pela CONFIDENCE ENTRETENIMENTO E SERVICOS PUBLICITARIOS à ADEPE em não ter apresentado a documentação solicitada no certame e não manter a sua proposta, visto que ensejou o fracasso licitatório, sem, inclusive, a ADEPE concorrer para esse fato. Além disso, conforme análise do Relatório Final (doc. 47450762), a empresa não se manifestou nos autos, logo, não foram identificadas atenuantes à conduta praticada pela empresa imputada. Assim, no exercício do poder discricionário conferido a esta autoridade administrativa, com base no princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, **decido seguir as sanções propostas pela CPPA, no Relatório Final (doc. 47450762), referentes à desistência injustificada de proposta/lance da Licitação Eletrônica nº 009/2023 - Processo nº 020/CPL/2023:**

(i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a ADEPE pelo **prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de assinatura desta Decisão Final;** e

(ii) Multa estipulada no valor total de **R\$ 50.642,58** (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 8,57% (oito vírgula cinquenta e sete por cento) do valor estimado para a contratação, pela infração aos itens 14.1.6 e 14.1.7 do Edital de Licitação (58265688), calculada da seguinte forma:

a) 14.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame - multa no valor de R\$ 25.321,29 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos); e

b) 14.1.7 - Não manter a proposta - multa no valor de R\$ 25.321,29 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos).

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta Decisão Final é recorrível, conforme o art. 33 do Decreto nº 42.191/2015. Assim, intima-se a empresa CONFIDENCE ENTRETENIMENTO E SERVICOS PUBLICITARIOS, CNPJ nº 15.637.010/0001-00, que está ativa, para realizar **interposição de Recurso Administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados**

**do recebimento desta Decisão, conforme as alíneas "b" e "c" do art. 3º do Decreto nº 42.191/2015.**

Informa-se que todos os documentos necessários ao Recurso Administrativo tramitam de forma digital por meio do sistema SEI nº 0060601067.000074/2023-74<sup>1</sup>, e esta Decisão Final segue junto à intimação.

Informamos, também, que o Recurso Administrativo e a documentação probatória podem ser enviados para o e-mail "**recursoadministrativodgg@adepe.pe.gov.br**", preferencialmente, e/ou entregues na Superintendência Jurídica, na sede da ADEPE.

**Ressalta-se que, expirado o prazo para interposição do Recurso Administrativo, operar-se-á, imediatamente, a aplicação das sanções indicadas acima**, devendo a CONFIDENCE ENTRETENIMENTO E SERVICOS PUBLICITARIOS, CNPJ nº 15.637.010/0001-00, recolher aos cofres da Adepe, no prazo de **15 (quinze) dias** consecutivos, contados do recebimento da comunicação oficial, o valor de **R\$ 50.642,58** (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis à constrição do crédito devido à ADEPE, o que desde já se encontra autorizado.

<sup>1</sup>**Link para usuário externo acessar o SEI:**

[sei.pe.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

Na data da assinatura eletrônica.

**Arlindo Henrique Tabosa Pereira**

Diretor-Geral de Gestão

Autoridade Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Arlindo Henrique Tabosa Pereira**, em 07/11/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51178577** e o código CRC **F30D3DF5**.

Av. Conselheiro Rosa e Silva, 347 - Bairro Graças - Recife/PE

Telefone: (81) 3181-7300 - ADEPE - SJ

[www.adepe.pe.gov.br](http://www.adepe.pe.gov.br) - [adepe@adepe.pe.gov.br](mailto:adepe@adepe.pe.gov.br)